

Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões

Ano XI – Nº 62

Set-Out 2024

Classificação Qualis/Capes: A4

Editor

Fábio Paixão

Coordenador

Mário Luiz Delgado

Conselho Editorial

Álvaro Villaça Azevedo – Águida Arruda Barbosa – Cibele Pinheiro Marçal Tucci
Débora Brandão – Débora Gozzo – Fernanda Tartuce – Gilberto Fachetti Silvestre
Guilherme Calmon Nogueira da Gama – Jones Figueirêdo Alves – Luis Felipe Salomão
Maria Helena Bracero Daneluzzi – Marília Xavier – Pablo Malheiros da Cunha Frota
Paula Victor (Portugal) – Rodolfo Pamplona Filho – Rodrigo Mazzei
Rodrigo Toscano de Brito – Rui Portanova – Ursula Basset (Argentina)

Colaboradores deste Volume

Arthur Lustosa Strozzi – Carlos Eduardo Montes Netto
Cláudio Iannotti da Rocha – Daniela Braga Paiano – Danilo Henrique Nunes
Fernanda Heloisa Macedo Soares – Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini
Flávio Tartuce – Ingrid Quintino Cadima – Isabela Nabas Schiavon
Ivone Fernandes Morcilo Lixa – Lara Careta Parise – Leonardo da Rocha de Souza
Mário Luiz Delgado – Matheus Filipe de Queiroz – Michele Cândido Camelo
Murilo Ronaldo Meneguetti – Patrícia Maccari – Rebeca Sampaio Olímpio
Samara de Jesus Cavalcante

Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões

Publicação bimestral da Editora Magister à qual se reservam todos os direitos, sendo vedada a reprodução total ou parcial sem a citação expressa da fonte.

A responsabilidade quanto aos conceitos emitidos nos artigos publicados é de seus autores.

Artigos podem ser encaminhados para o e-mail: editorial@editoramagister.com.br. Não devolvemos os originais recebidos, publicados ou não.

As íntegras dos acórdãos aqui publicadas correspondem aos seus originais, obtidos junto ao órgão competente do respectivo Tribunal.

Esta publicação conta com distribuição em todo o território nacional.

A editoração eletrônica foi realizada pela Editora Magister, para uma tiragem de 5.000 exemplares.

Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões

v. 1 (jul./ago. 2014).-- Porto Alegre: Magister, 2014.
Bimestral. Coordenação: Mário Luiz Delgado.

v. 62 (set./out. 2024)
ISSN 2358-3223

1. Direito de Família – Periódico. 2. Direito de Sucessão – Periódico.

CDU 347.6(05)
CDU 347.65(05)

Ficha catalográfica: Leandro Lima – CRB 10/1273

Capa: Apollo 13

EDITORIA MAGISTER

Diretor: Fábio Paixão.

IASP – INSTITUTO DOS ADVOGADOS DE SÃO PAULO

Presidente: Renato de Mello Jorge Silveira

Vice-Presidente: Vitorino Francisco Antunes Neto

Diretor Administrativo: Diogo Leonardo Machado de Melo

Diretor Financeiro: Jairo Saddi

Diretora Cultural: Ana Luíza Nery

Diretora de Comunicação: Fabiana Lopes Pinto Santello

Comissão de Estudos de Direito de Família e das Sucessões: Ângida Arruda Barbosa, Álvaro Villaça Azevedo, Caetano Lagrasta, Carolina Scatena do Valle, Cassio Sabbagh Namur, Cibele Pinheiro Marçal Tucci, Clarissa Bernardo, Cláudia Stein Vieira, Débora Brandão, Débora Gozzo, Fernanda Tartuce, Flávio Murilo Tartuce Silva, Gabriele Tusa, Jones Figueirêdo Alves, José Fernando Simão, Marco Antonio Fanucchi, Maria Fernanda Vaiano S. Chammas, Mário Luiz Delgado, Natalia Imparato, Renata Mei Hsu Guimarães, Renata Silva Ferrara, Silvano Andrade do Bonfim, Valeria Lagrasta Luchiani.

Editora Magister
Alameda Coelho Neto, 20
Boa Vista – Porto Alegre – RS
91340-340

IASP – Instituto dos Advogados de São Paulo
Avenida Paulista, 1636 – 15º andar – Cj. 1509 – Bela Vista
São Paulo – SP – 01310-200
iasp@iasp.org.br
www.iasp.org.br

Sumário

Doutrina

1. A Reforma do Código Civil e Algumas das Propostas para o Regime de Bens. Alteração Extrajudicial, Regime Misto, Comunhão Parcial e Separação Convencional de Bens
Flávio Tartuce 5
2. Análise sobre a Manutenção da Responsabilidade Civil dos Pais em Caso de Emancipação Voluntária
Cláudio Iannotti da Rocha e Lara Careta Parise 27
3. Pode o Projeto de Lei nº 3.799/2019 Contribuir para a Modernização do Direito Sucessório?
Carlos Eduardo Montes Netto, Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini e Ingrid Quintino Cadima 45
4. O Projeto Parental e o Uso da Inseminação Caseira: as Consequências Jurídicas da Filiação
Arthur Lustosa Strozzi, Daniela Braga Paiano, Isabela Nabas Schiavon e Matheus Filipe de Queiroz 69
5. *Sharenting*: uma Análise dos Desdobramentos da Superexposição dos Filhos nas Redes Sociais
Michele Cândido Camelo e Samara de Jesus Cavalcante 83
6. Jurisdição Constitucional e Argumentação Jurídica em Dworkin e Habermas: uma Análise das Decisões do STF sobre União Homoafetiva
Ivone Fernandes Morcilo Lixa, Leonardo da Rocha de Souza e Patrícia Maccari 104
7. Revolução Prateada: Inovações Legais e Sociais no Combate ao Etarismo e ao Abandono Afetivo da Pessoa Idosa no Brasil
Rebeca Sampaio Olimpio 116
8. As Dificuldades Enfrentadas nas Tratativas do Restabelecimento do Poder Familiar e a Consequente Demora nas Adoções do Brasil
Danilo Henrique Nunes, Fernanda Heloisa Macedo Soares e Murilo Ronaldo Meneguetti 129

Parecer

1. Alimentos entre Cônjuges. Ação de Exoneração. Obrigação Alimentar Vitalícia Fixada em Acordo. Ato Jurídico Perfeito. Mudança Jurisprudencial. Irretroatividade. Desnecessidade da Credora Conhecida pelo Devedor Quando da Assunção da Obrigação. Natureza Indenizatória dos Alimentos. Pretensão Exoneratória que Caracteriza Comportamento Contraditório e Contrário à Boa-Fé Objetiva – *Venire Contra Factum Proprium*
Mário Luiz Delgado 153

Jurisprudência

1. Superior Tribunal de Justiça – Direito Sucessório. Omissão Inexistente. Fundamentação Suficiente a Respeito da Questão Controvertida. Ação de Produção Antecipada de Provas na Modalidade de Justificação. Natureza Cautelar ou Satisfativa. Existência de Direito Autônomo à Prova nas Ações Probatórias Autônomas de Cunho Satisfativo
Rel^a Min^a Nancy Andrighi 171
 2. Tribunal de Justiça de São Paulo – Direito Digital. Pedido de Fornecimento de Acesso às Contas de *E-Mail* e Aplicativo de Mensagens que Seriam do Filho Falecido da Autora. Sentença de Improcedência. Ausência de Comprovação da Titularidade das Contas. Recurso da Autora
Rel^a Des^a Celina Dietrich Trigueiros 180
 3. Tribunal de Justiça do Amazonas – Ação de Anulação de Casamento. Procedência. Irresignação. Erro Essencial Sobre a Pessoa. Desconhecimento Antes das Núpcias. Ciência Superveniente ao Enlace Matrimonial. Reflexo na Vida Conjugal. Verificação. Sentença Mantida. Recurso Conhecido, e Desprovido
Rel. Des. Yedo Simões de Oliveira 184
 4. Superior Tribunal de Justiça – Infração Causada por Pessoa Já Falecida. Autuação do Herdeiro que Não Concorreu para a Degradação. Multa. Penalidade de Caráter Pessoal. Ato Fundado no Poder Sancionador do Estado. Incompatibilidade com o Caráter Ambulatorial das Obrigações Civis Ambientais. Provimento Negado
Rel. Min. Paulo Sérgio Domingues 191
 5. Tribunal de Justiça de São Paulo – Ação de Sobrepartilha. Julgamento de Improcedência. Irresignação da Autora. Alegação de que Houve Omissão de Bens no Momento do Divórcio Consensual que Foi Homologado Judicialmente. Descabimento
Rel. Des. Fernando Reverendo Vidal Akaoui 198
- Diretrizes para Submissão de Artigos Doutrinários 203